

DO BOI À CARNE: OS DESAFIOS E CONTROVÉRSIAS DE UM SISTEMA PRODUTIVO E ALIMENTAR

FROM COW TO MEAT: THE CHALLENGES AND CONTROVERSIES SURROUNDING A PRODUCTIVE AND FOOD SYSTEM

Manuela Corrêa Leda¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo traçar um breve quadro das lutas políticas que se conformaram em torno da produção e do consumo da carne nas últimas décadas, quando uma série de controvérsias geradas por riscos e implicações éticas, alimentares, sociais e ambientais dessa cadeia se alastraram na esfera pública global. Impelidos por tais preocupações, uma variedade de movimentos sociais tem se constituído em torno de pautas como vegetarianismo/veganismo, comércio justo, bem-estar animal, ambientalismo, etc., e disputado na arena pública os termos normativos que envolvem a valoração material e simbólica da carne em nossa sociedade. Esse trabalho se propõe a mapear os principais atores coletivos e os discursos por eles mobilizados contra a indústria animal segundo três eixos críticos: movimentos animalistas, consumo político e militância socioambiental, de forma a apreender os recursos argumentativos que esses atores sociais utilizam discursivamente na difusão de seus projetos e visões de mundo e analisar de que forma intentam capturar o imaginário coletivo e mobilizar e definir alternativas no sentido da ação. Apesar das várias camadas de consensos e discordâncias sobre o tema, observamos que esses movimentos transformaram a carne em um objeto altamente político, desestabilizando a prevalente visão normativa deste produto como um símbolo de progresso e introduzindo novos valores e práticas como forma de legitimar uma outra realidade alimentar.

Palavras chave: sistema alimentar; indústria da carne; movimentos críticos; conflitos; esfera pública.

Abstract

This article aims to map the controversies surrounding meat production and consumption in the last decades, when a series of conflicts generated by ethical, alimentary, social and environmental risks and implications of this chain have spread in the global public sphere. Based on this general orientation, the paper presents some of the political and economic contours that have shaped the current livestock industry - markedly dominated by the work of transnational corporations, international governance and global consumer circuits - and analyzes the main axes of criticism of meat chain as a productive and food system. The research involved the access to diverse sources - newspapers, virtual pages, reports, media materials - through which it sought to apprehend the main discourses and practices used by representative entities of critical movements to the production and consumption of meat in the world. Despite the various layers of consensus and disagreement on the subject, we observe that these movements have transformed the meat into a highly political object, destabilizing the prevailing

¹ Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). E-mail: manuelaleda@gmail.com. Cidade: Brasília.

normative vision of this product as a symbol of progress and introducing new values and practices as a way to legitimize a new food reality.

Keywords: Western food system; meat industry; critical movements; conflicts; public sphere.

Introdução

Nas últimas décadas, reflexões críticas em torno da produção e do consumo da carne têm deixado de ser uma questão essencialmente de pequenos grupos vegetarianos e de contracultura para se tornarem cada vez mais um assunto de reivindicação política a nível mundial. As preocupações que esse mercado alimentar incitam têm adquirido uma relevância pública até pouco inexistente, sendo crescentemente alvo de discussões de amplos setores da sociedade. Muitas exposições midiáticas envolvendo ativistas e autoridades médicas, além de escândalos alimentares e relatórios técnicos, revelaram as relações da pecuária industrial com riscos à saúde humana, impactos socioambientais e sofrimento animal, reconfigurando os quadros de referência que até então davam sustentação ao sistema carnivorista.

O discurso da mudança climática é uma das vozes mais enfáticas sobre os impactos que a “indústria animal”² tem produzido, uma vez que o gado é hoje acusado de ser uma das principais causas do aumento da temperatura global. Organizações não-governamentais e integrantes da comunidade científica – World Watch, FAO, Greenpeace, Might Earth, etc. – têm, recorrentemente, chamado atenção na esfera pública para os riscos climáticos irremediáveis que estariam atrelados ao atual nível de produção de animais de corte. O desmatamento é outra preocupação em torno da pecuária intensiva, cuja expansão sobre áreas florestais para a criação de pastagens, especialmente nas zonas tropicais, é atualmente um dos alvos centrais de mobilizações ambientalistas em todo o mundo.

Esse avanço da fronteira agrícola cereal-pecuária, por sua vez, é foco, também, de lutas históricas em torno da ocupação e uso da terra, pauta sobre a qual se articulado uma série de movimentos do campo, inclusive em

² Por “indústria animal”, “pecuária industrial” e “indústria da carne” entendemos aqui a cadeia de produção de carne em seu viés neoliberal, cuja base é o complexo especializado do grão e do gado, marcado pela monocultura de transgênicos para produção de ração processada e pecuária intensiva.

uma esfera transnacional de atuação, interessados em confrontar os modelos vigentes de produção alimentar. Ao mesmo tempo, os riscos iminentes que a carne tem, cada vez mais imputado à saúde de seus consumidores, desde que os primeiros escândalos sanitários envolvendo doenças de animais de corte alastraram-se publicamente – surto da vaca louca, gripe aviária, salmonella – criaram novas preocupações, talvez as mais sensíveis, que lançaram a pecuária industrial e os hábitos carnivoristas no centro de controvérsias globais. Por fim, a clara expansão, em um contexto mais recente, de um interesse mais expressivo pelas relações humano-animais, tanto em pesquisas científicas da área de zoologia, psicologia, sociologia e veterinária, quanto na esfera política, também tem tornado nas últimas décadas a produção e o consumo humanos de outros animais um importante alvo de problematizações.

Movidos por tais inquietações, uma variedade de movimentos sociais tem se constituído em torno de pautas como vegetarianismo/veganismo, comércio justo, bem-estar animal, ambientalismo, etc., e disputado na arena pública agendas por mudanças nos hábitos e valores que conformam o atual sistema alimentar. O objetivo desse artigo é fazer um breve delineamento desse quadro de lutas políticas que envolvem o mercado da carne atualmente, de modo a apreender as principais narrativas críticas à produção e ao consumo de proteína animal no mundo. De um modo geral, nosso olhar se volta para a dimensão política que cada vez mais os mercados de alimentos têm assumido enquanto uma esfera não só de oferta e demanda, mas principalmente de negociação e luta em torno dos aspectos normativos que envolvem as trocas sociais (NIEDERLE, 2014). Conforme afirma Marianne E. Lien, o alimento, mais do que qualquer outro produto, está profundamente absorvido em relações complexas, que vão desde implicações biológicas e definições nutricionais a camadas de significados simbólicos e estruturas de dominação, aspectos esses que o transformaram em um fenômeno único e altamente controverso. Dizer que o alimento é um objeto político significa entender que muitas relações que são constituídas

por e através dele são também relações de poder e devem ser analisadas como tal (LIEN, 2004a).

A partir dessa perspectiva norteadora, a pesquisa buscou investigar quais os discursos que mais têm reverberado na esfera pública global segundo três vetores críticos: ativismo animalista, consumo político e movimentos socioambientais. Apesar de muitas vezes associados, entendemos que esses três eixos de mobilização concentram especificidades que delimitam em alguma medida os grupos de interesse mais claramente posicionados nesse campo político e informam as preocupações que mais alcançaram a opinião pública recente e mais conseguiram capturar o imaginário e crenças dos grupos sociais envolvidos. Assim, orientado por esses diferentes ângulos de observação, o trabalho mapeia as narrativas dos principais movimentos críticos ao mercado da carne, de modo a analisar os recursos argumentativos que esses atores sociais utilizam discursivamente na difusão de suas demandas e projetos políticos.

Conforme compreende John Hannigan (2009), o discurso é um conjunto específico de ideias e conceitos que interpretam o mundo ao nosso redor e tem a missão de criar significados, legitimar e mobilizar ações e definir alternativas. Esses enredos, como define Lima et al. (2016), expressam uma ordem ideal de realidade que nascem das interações cotidianas na produção de sentidos que retralimentam as relações sociais e que ecoam na esfera pública e seus atores em disputa. Segundo Fleury et al. (2014), os discursos elaborados pelos agentes em conflito são permeados e contribuem para a constituição do quadro de referência mais amplo a partir do qual um determinado problema social é elaborado e tratado. É buscando compreender alguns dos aspectos principais desse painel de referência constituído pelas controvérsias públicas da carne que se volta o presente trabalho.

Para tanto, a realização dessa pesquisa envolveu o acesso a diversas fontes – relatórios técnicos, publicações e sites oficiais de instituições governamentais e não governamentais –, todas disponibilizados publicamente, por meio das quais acessamos as preocupações ideológicas

diversas que mobilizam os atores sociais envolvidos nessa arena política. Assim, buscamos identificar nesses espaços de enunciação os valores e demandas específicos desses diferentes grupos e analisar como eles elaboram suas compreensões a respeito do mercado da carne e lançam argumento aptos a motivar ações humanas.

Por fim, a despeito das várias camadas de consensos e discordâncias sobre o tema, observamos que esses movimentos fizeram a carne emergir como um novo assunto público, que passa a ser codificado por meio dos vários sentidos que ela agora representa para diferentes atores envolvidos. Assim, entendemos que a cadeia da carne se estabeleceu como um novo problema social, que, apesar de incipiente, está desestabilizando a prevalecente visão de essencialidade da proteína animal em nossas refeições e introduzindo novos valores e práticas que buscam nutrir mudanças socioculturais e econômico-produtivas no que toca o sistema alimentar vigente.

I. A carne e o sofrimento animal

Impulsionados na década de 1970 pelos debates levantados por um grupo de filósofos da Universidade de Oxford – Peter Singer, Richard Ryder, Adrew Linzey, Tom Regan – sobre a consideração moral dos seres não-humanos em nossa sociedade, vários movimentos éticos pela libertação animal levantaram a bandeira do vegetarianismo e do veganismo como uma importante frente da luta contra a produção de carne no mundo. O cerne argumentativo do movimento em defesa dos animais é de que a produção e o consumo de carne simbolizam uma das formas mais violentas das estruturas de poder da sociedade ocidental, cujo discurso hegemônico confere um valor instrumental ilegítimo aos animais usados em nossa alimentação.

Um dos principais porta-vozes desses movimentos, Peter Singer (2007), alega que, apesar das diferenças entre os humanos e não-humanos, ambos compartilham uma capacidade de experienciar o sofrimento, que, por sua vez, garante tanto a nós como a eles interesses próprios de suas

respectivas espécies. Evitar a dor seria uma forma comparável de interesses entre os diferentes animais, que deveriam ser igualmente respeitados. Nesse sentido, seguir uma dieta carnivorista seria ignorar a condição de *senciência*, especialmente a dor, dos demais animais e lhes imputar um sofrimento “desnecessário”, uma vez que a carne não é um alimento indispensável para a vida humana.

Uma das alegações que permeiam muitos desses movimentos é de que haveria, entre o tratamento conferido aos animais e os preconceitos perpetuados pelo machismo e pelo racismo da sociedade ocidental, uma mesma prática de discriminação do valor de seres humanos que elevam seu estatuto moral em função de determinadas configurações biológicas. Sob essa perspectiva, portanto, o especismo faria parte de um comportamento humano mais amplo: a resistência em reconhecer o mesmo valor moral a outros seres, da mesma espécie ou não, distintos de um determinado padrão biológico imaginado pelo discriminador, rebaixando o estatuto daqueles que dispõem de tais características (FELIPE, 2014).

O tratamento conferido aos animais usados como alimentos também tem sido um assunto particularmente debatido em circuitos feministas, que tem se constituído como mais uma importante via de contestação aos sistemas alimentares centrados na carne. Inspiradas no feminismo radical em expansão na década de 1970, o movimento ecofeminista lançou, pela primeira vez, um olhar sobre as interligações entre as formas de opressão contra a mulher e a natureza. O argumento central desse movimento é de que existiria uma mesma estrutura patriarcal – enquanto sistema hierárquico de poder – subjacente à violência sistematicamente praticada contra mulheres e o meio-ambiente/animais na sociedade moderna. A carne assume um papel emblemático nessa superposição, uma vez que a ingestão de proteína animal estaria tradicionalmente associada à noções de virilidade. A partir do conceito de “política sexual da carne”, a escritora e ecofeminista Carol Adams (2015) define as características dessa relação da estrutura patriarcal com a alimentação. Segundo ela, esse conceito compreende os aspectos ideológicos e simbólicos da masculinidade que relacionam a cultura

de consumo da carne no ocidente ao sistema de dominação masculina, aspectos através dos quais são também reproduzidas imagens de “mulheres subjugadas, fragmentadas ou consumíveis”. Conforme escreve ela,

O que *A política sexual da carne* afirma é que o modo como é estruturada no nosso mundo a política em relação ao gênero relaciona-se com o modo como vemos os animais, especialmente os animais que são consumidos. O patriarcado é um sistema de gênero que está implícito nas relações humanas/animais. Além disso, a construção do gênero implica a instrução sobre alimentos adequados. Ser homem na nossa cultura é algo que está ligado a identidades que eles reivindicam ou negam — o que um homem “verdadeiro” faz ou não faz. Um homem “de verdade” não come quiche. Não se trata meramente de uma questão de privilégio; é uma questão de simbolismo. Em parte a masculinidade é construída na nossa cultura pelo acesso ao consumo de carne e pelo controle de outros corpos (ADAMS, 2015, p.36)

Assim, a elaboração de um movimento feminista-vegetariano partiria do reconhecimento dessa interconexão, de modo que suas refeições incorporassem os princípios da luta feminista através de escolhas alimentares que colocassem em prática a resistência contra a estrutura masculina dominante, o que nesse caso significa lançar luz sobre a ofuscada condição objetificada das mulheres e dos animais de consumo, abstendo-se do alimento que melhor simboliza a masculinidade na sociedade moderna: a carne.

De modo geral, esses discursos de libertação animal defendem a necessidade de analisar criticamente os dualismos sobre os quais a sociedade ocidental está estruturada, especialmente no sentido de desmontar a barreira da espécie vigente e ampliar a esfera de moralidade que leve em conta os animais e a natureza. Trata-se não somente de criar uma proximidade ou empatia entre as espécies, mas da tentativa de realizar uma virada conceitual, no que se refere ao status ontológico dos animais não-humanos na sociedade ocidental, que garantisse a eles a condição universal de sujeitos de direitos. A alimentação, nessa perspectiva, aparece como um importante mediador da relação estabelecida entre natureza e cultura, na medida em que ela pode interditar o que essa filosofia antiespecista entende como um modelo alimentar hegemônico no qual

prevalece uma relação hierárquica entre humanos e não-humanos (LIRA, 2014).

É a partir dessa perspectiva que têm atuado muitos movimentos abolicionistas em todo o mundo, encabeçados por organizações internacionais como a PETA (*People for the Ethical Treatment of Animals*), a ALF (*Animal Liberation Front*) e a *Mercy for Animals*, que, através de múltiplas estratégias de comunicação política – redes sociais, petições, protestos –, estão confrontando os consumidores com as práticas da indústria da carne e disseminando imagens públicas defensoras de um estilo de vida vegano, no qual é interdito o uso de qualquer produto de origem animal. À luz dos discursos críticos mobilizados por esses movimentos animalistas, um número crescente de pessoas está aderindo à alimentação livre de proteína animal, movidas pela ideia de que podem negociar elementos de sua comensalidade com preocupações morais.

Apesar de não se conterem a uma pauta anticarnívora, mobilizando-se muitas vezes em outras frentes por mudanças sociais e econômicas mais amplas, o desafio do atual movimento vegano é, em grande medida, convencer consumidores de que as decisões dietéticas individuais podem ter um impacto positivo e que a abstenção de carne é a única maneira capaz de eliminar os problemas de bem-estar animal gerados pela pecuária industrial. Pode-se dizer que, ao tentarem romper com a cadeia de consumo da carne, esses movimentos mobilizam direta e indiretamente nossos tabus alimentares como forma de contestar classificações de comestibilidade construídas pela sociedade, e dessa forma, produzir nela novos atos conscientes de evitação a partir de questionamentos que coloquem em cheque as fundamentações racionais e afetivas de nossas preferências alimentares. Dessa forma, as espécies geralmente associadas à comestibilidade são simbolicamente transformadas em animais de estimação, em companheiros amáveis, cuja proximidade demandaria nosso cuidado e proteção. Por outro lado, as classificações culturais de nossa alimentação são confrontadas por argumentos racionais que buscam desafiar os fundamentos normalmente sustentados pelo discurso da

“essencialidade da carne”, e nesse sentido, incorporar-nos a um outro universo simbólico e cognitivo.

Dentre as estratégias mobilizadas pelos sites e redes sociais de organizações veganas, observa-se que, além dos argumentos éticos, há uma particular evocação de emoções e sensações, como o nojo e a repugnância, provocados por meio da exposição imagética das condições de sofrimento dos animais na cadeia de produção da carne, ademais de um amplo esforço de sensibilização do público por meio de imagens dóceis que aproximam humanos e animais. Esse esforço de exprimir empatia pelas outras espécies de animais pode ser evidenciada na proposta do movimento “269”, cujo nome foi criado em referência a numeração atribuída ao bezerro de uma fazenda de criação em Israel. Como forma de remeter ao sofrimento dos animais de produção, muitos dos porta-vozes do movimento marcam o número a ferro quente na pele da mesma forma como são identificados os rebanhos para abate: “este bezerro anônimo será imortalizado para sempre em nossos corpos, e esperamos que essa mensagem de solidariedade traga uma nova maneira de ver os animais não humanos”³. Paralelamente, muitas ações de rua têm sido incorporadas às mobilizações animalistas, como as intervenções em matadouros e performances de impacto em grandes praças públicas. Especializados nesse tipo de atuação, a organização vegana *Anonymous for the Voiceless*, que tem adeptos em diversos países do mundo, reúne seus voluntários, muitas vezes mascarados, para expor nas ruas vídeos de sofrimento animal e capturar a atenção das pessoas com que tentam iniciar conversas sobre seus hábitos alimentares. Conforme declara a organização em seu site oficial, o intuito dessa ação “é levar os espectadores a uma conclusão vegana”⁴.

Essas crescentes preocupações com a subjetividade e os direitos dos animais também disseminaram mundialmente a questão do “bem-estar” na agenda política, fazendo crescer o debate em torno da regulamentação da condição dos animais de criação na pecuária industrial. A ideia de bem-estar tornou-se uma forma de qualificar o tratamento conferido aos animais como

³ Vide <http://www.269life.com/about.html>.

⁴ Vide <https://www.anonymousforthevoiceless.org/aboutus>.

aceitável segundo preceitos ditos humanitários e estabelecer um parâmetro comum que pudesse alinhar o uso comercial de animais com os valores éticos dos consumidores. Contudo, cada vez mais, a noção de bem-estar animal tem se tornado motivo de controvérsias na esfera pública, à medida que vários estudos científicos, opiniões de consumidores e ativistas e iniciativas privadas de grandes corporações alimentares e varejistas na criação de rotulagens têm se confrontado em torno da questão (KJÆRNES; LAVIK, 2006).

Com efeito, a ausência de uma definição precisa do que significa, na prática, o “melhor bem-estar animal” confere a esse conceito considerável ambiguidade. Como uma qualidade implícita da carne – não identificável através de percepções sensoriais – o bem-estar só adquire sentido através de uma série de atributos gerados por meio de múltiplos processos de transformação do corpo animal, à medida que a sociedade o mobiliza e o circula por meio de diferentes redes sócio-materiais, ou seja, conforme o corpo animal se desloca ao longo de uma rede de práticas e dispositivos sócio-técnicos, que incorporam a ele propriedades específicas (ROE; HIGGIN, 2006). Para o consumidor, o bem-estar animal, como um atributo da carne, é sempre uma presença mediada, nas mãos do qual todo um complexo arranjo de qualificações se materializa e onde suas orientações éticas se confrontam com rótulos objetivos, cujos critérios nem sempre convergem com suas preocupações essenciais. Em um estudo sobre as diferentes percepções de cientistas e consumidores acerca do bem-estar de animais de criação na Europa, Miele y Evans (2006) chamam atenção para os desencontros discursivos em torno do conceito. Segundo a pesquisa, enquanto as preocupações dos cientistas do *Welfare Quality*⁵ tendem a ser mais quantitativas e mais orientados para parâmetros mensuráveis e questões específicas de biologia e práticas agrícolas, os consumidores

⁵ O *Welfare Quality* foi um projeto de pesquisa financiado pela União Europeia, que reuniu quarenta e quatro institutos e universidades (representando treze países europeus e quatro países da América Latina), de 2005 a 2009, para desenvolver uma forma objetiva de avaliar o bem-estar de animais de produção. Fonte: <http://www.welfarequality.net/everyone/26536/5/0/22>. Acessado em 04 de maio de 2017.

tendem a enquadrar o bem-estar dos animais em uma abordagem holística, na qual a ideia de qualidade de vida recupera ao máximo condições de vida “naturais”. Além disso, existem muitas preocupações sobre a artificialidade das tecnologias, a violação da integridade dos seres vivos e o aumento do domínio do homem sobre a natureza, que tendem a gerar uma descrença das pessoas sobre as boas intenções das corporações, especialmente quanto às externalidades desse processo.

A despeito das inflexões mais ou menos radicais dos diferentes movimentos, o fato é que a preocupação em torno do sofrimento dos animais se tornou uma questão pública evidente, movimentando, inclusive, setores mercadológicos. Sites, livros, documentários e até aplicativos se difundiram nos últimos anos em torno do tema, o que se soma ao claro crescimento dos estabelecimentos e opções veganos e vegetarianas nos cardápios dos restaurantes nos principais centros urbanos do mundo. A revista Forbes chegou a produzir uma matéria em 2017 intitulada *Here's why you should turn your business vegan in 2018*⁶, na qual ela enumera uma série de razões que deveriam estimular empresários a veganizar seus negócios. Esse efeito se reforça com a mobilização pública de celebridades como Natalie Portman, Miley Cyrus e Beyoncé em prol da alimentação vegana, muitas vezes em parceria com organizações animalistas, como a PETA, conhecida por usar em suas campanhas a influência de artistas famosos para alcançar impacto na mídia e o público mais difuso.

Assim, munidos de estratégias práticas e discursivas cada vez mais sofisticadas, esses atores políticos estão desencadeando transformações socioculturais e econômicas-produtivas até pouco impensáveis. Pode-se dizer que essa crescente atuação de movimentos abolicionistas, ecofeministas e bem-estaristas são parte de um processo mais amplo nas últimas décadas, conforme afirma Franklin, de “pós-modernização das relações humano-animal, que passou de uma instrumentalidade antropocêntrica, para uma empatia zoocêntrica” (FRANKLIN, 1999, p.175), e cuja repercussão é

⁶ Vide <https://www.forbes.com/sites/katrinafox/2017/12/27/heres-why-you-should-turn-your-business-vegan-in-2018/#23ea392144d6>.

marcada pela ascensão de demandas de natureza ética que a indústria pecuária se vê cada vez mais desafiada a considerar.

2. A carne e as novas formas de consumo político

A carne também tem sido um objeto particularmente problematizado no campo da ciência da saúde, difusor de variadas e controversas opiniões sobre o consumo de proteína animal. Na década de 1960, propalaram-se nos meios de comunicação recomendações médicas contra o consumo de gordura e colesterol alimentar, oriundos em grande parte da carne e dos laticínios, apontados como principais causadores de doenças cardiovasculares (POLLAN, 2008). Desde então, muitas declarações científicas apareceram nos espaços midiáticos confrontando o discurso prevalecente da essencialidade da proteína animal para as dietas humanas e associando os produtos cárneos, especialmente a gordura animal, a problemas de saúde, como fez recentemente uma pesquisa⁷ realizada pela OMS, que classificou a carne vermelha como uma substância potencialmente cancerígena, e um estudo publicado este ano no *British Medical Journal*, divulgado pelo jornal *The Guardian*⁸, que demonstrou que altos níveis de ingestão de carne vermelha e processada estariam associados a maior taxa de mortalidade.

A partir daí, os padrões de consumo da carne sofreram seus primeiros impactos. Muitos consumidores removeram a proteína animal do seu lugar simbólico de centro das refeições e incorporaram pratos vegetarianos à sua rotina alimentar, o que propiciou em muitos centros urbanos a formação de uma nova rede de estabelecimentos com *slogans* mais “saúdáveis” e “verdes”. Essa onda alimentar acabou por popularizar entre alguns circuitos de consumidores uma dieta semi-vegetariana pautada em um consumo moderado e ocasional de carne, ainda assim preferencialmente

⁷ OMS, “Q&A on the carcinogenicity of the consumption of red meat and processed meat”, outubro de 2015, disponível em <http://www.who.int/features/qa/cancer-red-meat/en/>. Acessado em 29 de junho de 2017.

⁸ THE GUARDIAN, “Should we give up eating red meat?”, 15 de maio de 2017, disponível em <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2017/may/15/should-we-give-up-eating-red-meat-cancer-heart-disease>. Acessado em 29 de junho de 2017.

de cortes magros, especialmente peixes, em uma clara oposição aos padrões carnívoros vigentes (FRANKLIN, 1999). Ainda assim, por muito tempo, a única preocupação que permeou o consumo da carne foram alguns riscos de saúde, em grande medida associados à ingestão de cortes mais gordurosos, pois mesmo o bem-estar animal, uma preocupação antiga de certos grupos sociais, ainda tinha pouca visibilidade. Essa situação, contudo, sofreu uma reviravolta, quando alguns episódios recentes de dimensão global colocaram a proteína animal novamente no centro de debates públicos, alarmando autoridades políticas e mobilizando consumidores do mundo todo a repensarem seus hábitos carnivoristas.

O surto epidêmico da vaca-louca (*Bovine Spongiform Encephalopathy* – BSE) na década de 1990, pode-se dizer, foi o primeiro grande alerta da história para os riscos atrelados a uma produção alimentar de alta escala. A infecção de gado doméstico causada pelo uso indiscriminado de restos de animais – pele, vísceras, ossos – na fabricação de ração industrial expôs mundialmente as fendas de um sistema agroalimentar altamente industrializado, cujos ideais de eficiência e segurança pareciam inabaláveis. A possibilidade de ingestão de carne contaminada, cuja presença foi identificada em diversos países do mundo, confrontou as pessoas com a origem “viva” de seus alimentos, lançando sobre elas “esse outro perigo mortal que agora seria a alimentação carnívora” (LÉVI-STRAUSS, 2009, p.215). Ao lado de outras crises alimentares publicizadas na mesma época – *influenza* aviária, gripe suína, salmonela – esse escândalo lançou sobre os consumidores de todo o mundo um sentimento de desconfiança, como define Beck (2010), frente às instituições estatais, científicas e industriais, fazendo germinar nas esferas públicas nacionais e internacionais uma nova era de politização em torno da comida e, em particular, da carne.

Um relatório publicado pela FAO em 2013, chamado *World Livestock 2013: Changing disease landscapes*, também chamou a atenção para potenciais riscos de saúde associados aos sistemas de criação extensiva e intensiva nas cadeias de abastecimento alimentar globais. Segundo o documento, a maioria das novas doenças que emergiram nos seres humanos

ao longo das últimas décadas foram geradas por animais e estão relacionadas à procura humana por mais alimentos de origem animal. O rápido crescimento da produção pecuária e das cadeias de abastecimento estaria ameaçando a saúde pública ao favorecer a transmissão de agentes patogênicos de animais para humanos, criando riscos de pandemia e perigos para a segurança alimentar. Nesse cenário de risco, declara o relatório, a saúde do gado seria o elo mais problemático de toda a cadeia de saúde global, uma vez que as práticas de produção e distribuição de produtos bovinos estariam envolvidas em uma complexa dinâmica agrícola e tecnológica que contribuiria para a emergência, disseminação e persistência de doenças.

Na esteira desses debates, o escândalo⁹ mais recente envolvendo a venda de carne estragada pelos principais frigoríficos do Brasil expôs mais uma vez as fissuras do dessa cadeia produtiva, atualizando os discursos críticos ao setor. O episódio, que não só envolveu problemas técnicos de produção, mas principalmente uma questão moral de aliciamento de auditores públicos, manifestou mais uma dimensão controversa atrelada aos alimentos, lançando sobre as instituições internacionais e consumidores globais novas fontes de desconfiança.

Esses episódios são um indicador da ideia crescente de vulnerabilidade que passou a estar associada ao sistema alimentar, definido por interfaces cada vez mais estreitas entre tecnologias e práticas agrícolas. Segundo Zachman y Østby (2011), ao mesmo tempo em que o sistema alimentar moderno disseminou conhecimentos especializados sobre o assunto e elaborou mecanismos institucionais muito mais rígidos para garantia de segurança dos alimentos, como normas de controle de qualidade e os selos de origem, este objetivo tem sido apenas parcialmente, e de forma muito desigual, alcançado, resultando muitas vezes em um aumento da

⁹ A denúncia realizada por uma operação da Polícia Federal brasileira em março de 2017 revelou ao mundo um esquema de corrupção envolvendo os principais frigoríficos do país e do mundo – JBS/Friboi, BRF – com o apoio de uma rede de fiscais agropecuários do Ministério da Agricultura que estariam autorizando, sob o recebimento de propinas, a irregular comercialização interna e externa de lotes de carne vencida e adulterada.

desconfiança. A tecnologia tem fortalecido o regime de confiabilidade nos alimentos, da mesma forma que tem gerado novas dificuldades sobre como provar o grau de segurança dos mesmos, geradas pelas constantes mutações tecnológicas e a expansão espaço-temporal das cadeias de produção, cujos lapsos são cada vez mais frequentes e expostos midiaticamente.

Pode-se dizer que há uma tendência geral, causada pela exposição frequente de escândalos alimentares em meios públicos nos últimos anos, de que os sistemas técnicos já não oferecem o mesmo sentimento de certeza que garantiam outrora. Para Stassart & Whatmore (2003), essa crescente desconfiança pode ser explicada pelo enfraquecimento da influência de formas tradicionais de conhecimento e de cuidado com a comida, especialmente com a emergência dos estados-nacionais como instituições básicas de promoção da política e da cultura a partir de princípios seculares, que retiraram das comunidades locais grande parte da autoridade que tinham na garantia da segurança dos alimentos.

Sem esse componente normativo, as informações sobre as propriedades da comida tornaram-se cada vez mais um assunto público e difuso, ao passo que as escolhas alimentares mais individualizadas. Essa “cacofonia alimentar”, para usar a expressão de Fischler (1995), que mescla, confronta e confunde os discursos culinários, científicos, publicitários e institucionais, gerou no comensal moderno um estado permanente de incerteza sobre o que deve ou não comer, angústia que se acentua ainda mais diante dos novos riscos e embates do sistema alimentar.

Halkier (2004) afirma que manipular os riscos no consumo dos alimentos tornou-se parte da experiência ambivalente da vida cotidiana, e, portanto, parte integrante das negociações das normas sociais em andamento. Segundo ele, há diferenças cruciais em como essas questões são vistas por pesquisadores, políticos e administradores e o público em geral. Enquanto os primeiros entendem o consumo de alimentos e o manejo de seus riscos como uma questão de segurança alimentar, políticas agrícolas e regulamentação, os últimos os veem como uma experiência da vida cotidiana, como uma prática sensorial, lembrada e realizada rotineiramente

pelo corpo e, portanto, como parte de um espaço social no qual as pessoas participam, criando e reproduzindo significados (HALKIER, 2004).

A fim de moldar suas próprias práticas de acordo com padrões particulares considerados menos arriscados ou mais corretos segundo dimensões éticas e ideológicas, muitos consumidores estão usando suas escolhas alimentares como uma mecanismo de ação política, ainda que mais individualizada e micro-local, extrapolando assim as esferas mais institucionais da política da alimentação. Apesar da noção de risco ser difundida e culturalmente apropriada de formas muito complexas e diversas em cada sociedade, pode-se dizer que a intensidade da interconexão planetária do mercado de alimentos, como alguns dos escândalos apresentados evidenciam, conferiu a consumidores de regiões distantes preocupações e compromissos comuns. Mudanças nas regulamentações, fraudes e adulterações no complexo agroalimentar tornaram-se riscos potenciais para consumidores do mundo todo, que têm crescentemente assumido uma postura crítica frente às consequências distantes e complexas de suas escolhas e hábitos alimentares (PORTILHO, 2011).

Essa sensação de risco, podemos dizer, ganha um efeito particularmente perturbador quando envolve o consumo da carne, não só porque esta está associada aos casos mais preocupantes de escândalos alimentares, mas por seus riscos iluminarem as obscurecidas zonas de contato entre o animal e a carne que comemos. Conforme afirma Stassart e Whatmore, “as impressões metabólicas que a carne de outros confere à nossa própria é um axioma duradouro das relações sociais com o mundo não-humano e a porosidade das fronteiras imaginárias que marcam ‘nós’ fora ‘dele’” (STASSART; WHATMORE, 2003, p.449). Essa “durabilidade metabólica entre corpos humanos e não-humanos” (idem, p.450) expressa a ideia de Fischler de que a incorporação física e literal dos alimentos produz uma intimidade última entre nós e eles que “dá aos consumos orais uma imposição simbólica muito particular” (FISCHLER, 1995, p.79). No caso da carne, é como se, ao consumi-la, a distinção animalidade-humanidade se desfizesse e desse lugar a uma espécie de “contínuo do vivente” (idem, p.125)

que, mesmo minuciosamente mascarado e ofuscado, se revela subitamente diante dos olhos a cada escândalo e alerta envolvendo a indústria animal. Assim, escreve Franklin:

As novas crises alimentares fizeram algo que reverteu as principais características do consumo de carne na modernidade. Elas enfatizaram ao consumidor as conexões entre animais e carne, e sublinharam os processos do animal-para-carne. Esses processos racionalizados e intensivos, tão calculadamente escondidos do olhar do público, foram revelados para serem a fonte do novo risco. Em resumo, os novos métodos de produção da carne deixaram para toda carne um potencial risco de saúde e ela perdeu sua inocência como uma produtora do progresso moderno (FRANKLIN, 1999, p.164).

A partir desses primeiros alertas em torno da carne, muitas preocupações que começaram atreladas a riscos e segurança alimentar logo se moveram para valores éticos e culturais, que interconectados deram origem a considerações mais amplas sobre como se relacionar com a comida (LIEN, 2006). Pautada nisso, uma miríade de redes alimentares alternativas – mercados de agricultores locais, agricultura orgânica, comércio justo, *slow food* – está formulando novas políticas de provisionamento de comida baseada em práticas discursivas e materiais incutidas com diferentes valores e racionalidades que, em última instância, buscam contestar as lógicas capitalistas instrumentais e as visões de mundo *mainstream* (GOODMAN, 2012). Voltados para os circuitos de mercado, esses movimentos estão criando novos espaços econômicos para a negociação de formas de produção e consumo de alimentos que, por meio de ideais éticos, os diferenciem dos produtos fornecidos pelo comércio convencional. Por outro lado, são organizações ativistas que buscam também, por meio de protestos, boicotes, petições *on line* etc. pressionar as corporações a adotarem novos códigos de conduta e garantirem maior segurança e qualidade alimentar ao consumidor.

Movidos por ideais de localidade e artesanidade, alguns movimentos de consumidores estão se engajando na constituição de formas comerciais que recuperem o contato entre as diferentes esferas da cadeia produtiva, especialmente a interação entre produtores e consumidores, a fim

de substituir o quadro vigente da política produtivista da indústria alimentar e criar novos padrões de qualidade para as refeições. O movimento *slow food*, criado no final da década de 1980, é um das formas de mobilização do chamado “consumo consciente” que vem ganhando adeptos no mundo todo, em oposição às cadeias de produção global. A diretriz dessa organização internacional é difundir uma forma de alimentação que realinhe as refeições a costumes locais e noções de qualidade, a fim de promover o que eles entendem como uma “educação do gosto”, capaz de fornecer o “prazer da alimentação” em conformidade com a preservação do meio ambiente e dos produtores locais¹⁰. Dentre as ações mobilizadas pelo grupo está o *slow meat*, que chama a atenção para os efeitos maléficos da crescente produção de carne barata sobre a biodiversidade, a saúde humana e as condições de vida dos produtores e dos bilhões de animais de criação. Para eles, a carne se define como um dos casos mais emblemáticos das “práticas insustentáveis e antiéticas do atual sistema alimentar industrial”¹¹, demandando uma reestruturação urgente de seus atuais métodos de cultivo, produção e consumo. Como linha de frente, o movimento lançou a campanha “Carne lenta: Coma menos carne, de melhor qualidade”, que visa promover “a atividade dos produtores de pequeno e médio porte que trabalham com respeito aos direitos dos animais e aumentar a consciência de coprodutores acerca de hábitos de consumo mais limpos e justos”¹².

Outras vozes que têm levado consumidores a se alinharem a circuitos alternativos são representadas pelos movimentos do *Fairtrade* e *Alternative food networks*, que tendem a priorizar cadeias curtas de abastecimento e pregar uma maior vigilância do consumidor frente aos métodos e relações de produção contidos no alimento. Por meio de circuitos menores, os produtos chegariam aos consumidores com mais informações, de modo que eles poderiam acessar onde, por quem e como os alimentos são produzidos, em

¹⁰ Vide <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acessado em 04 de março de 2017.

¹¹ Vide <https://www.slowfood.com/what-we-do/themes/slow-meat/>. Acessado em 04 de março de 2017.

¹² Vide <https://www.slowfood.com/what-we-do/themes/slow-meat/>. Acessado em 04 de março de 2017.

oposição às longas redes formadas por grandes cadeias do agronegócio globalizado. Na prática, esses tipos de cadeias produziriam, por meio de pequenos comércios e lojas de produtores, consumidores mais atentos aos riscos, qualidade, sabor e procedência dos alimentos ingeridos. Ao constituírem redes de abastecimento agroalimentar baseadas em valores territoriais, assim como na construção de convenções sociais que atribuem aos alimentos outros juízos de julgamento e valoração, essas novas formas de provisão alimentar se propõem a criar práticas transformadoras da lógica instrumental capitalista (CASSOL; SCHNEIDER, 2015) o que, no sistema alimentar atual, significaria redefinir as formas de produzir e comercializar articuladas pelas corporações alimentares.

Nas análises acadêmicas, um dos principais questionamentos levantados se refere à capacidade do consumo político de gerar mudanças em uma escala maior. Para alguns, a resistência baseada no consumo constitui apenas uma pequena parcela do mercado mundial, localizada principalmente em países desenvolvidos e restrita ainda assim a circuitos pequenos, que fazem pouca ou nenhuma diferença no arranjo contemporâneo do sistema alimentar global (GOODMAN; DUPUIS, 2002). Nesse sentido, esses movimentos não conseguiriam ir além de ação transitória de alguns consumidores de classe média-alta, cuja dinâmica de mercado seria incapaz de corresponder à realidade da grande maioria dos consumidores, que conferem pouca ou nenhuma importância aos apelos éticos dos produtos que adquirem. De modo geral, essas perspectivas se fundamentam em uma análise clássica de Marx acerca da mercadoria, segundo a qual as formas de exploração do trabalho do regime capitalista seriam veladas pela fetichização dos produtos adquiridos na esfera da troca, de modo que, sob essa falsa consciência, os consumidores não poderiam provocar qualquer transformação efetiva no sistema dominante.

Por outro lado, muitas análises mais otimistas têm defendido o potencial transformador dos consumidores ditos reflexivos. Para Goodman & DuPuis (2002), longe de um papel passivo, muitos consumidores mostram um olhar atento e cético frente aos discursos do “ecológico”, “natural” e

“saudável” disseminados pela publicidade alimentar industrial, interrogando suas intenções e condutas. Conforme eles, a tentativa de articular espaços econômicos alternativos e de se mobilizar por meio do mercado conferem a alteridade mesma desses movimentos, definidos exatamente pela sua coexistência com o sistema dominante, do interior do qual tentam mudá-lo. Em um sentido semelhante, afirmam Stassart e Whatmore (2003), é justamente o caráter provisório e aberto dos alinhamentos performativos de diversos agentes, práticas e lugares nas redes alternativas de alimentos que conferem a característica fundamental de sua durabilidade: a capacidade de mudar de direção. É por isso que, segundo Halkier (2004), as normas dos consumidores inserem-se nos repertórios discursivos mais amplos da sociedade, fazendo com que a suas percepções também sejam integradas nos corpos societários de conhecimento e opinião.

3. A carne e as críticas socioambientais

A chamada questão ambiental¹³ é outra frente, talvez a mais expressiva, que vem há alguns anos, mobilizando críticas à indústria animal e efervescendo o debate público em torno dos impactos da pecuária intensiva sobre recursos naturais. De um modo geral, o paradigma ambientalista provém de uma longa reflexão sobre as raízes éticas e ideológicas da crise ambiental que problematizou diretamente o modelo de desenvolvimento capitalista, questionando o lugar da espécie humana na natureza e sua responsabilidade pelo futuro da biosfera (LIMA; POZZOBON, 2005).

Muitas vertentes ideológicas e movimentos sociais surgiram na esteira dessa consciência ecológica, engendradas por rótulos tão diversos como conservacionismo, ecodesenvolvimento, ecologismo social e ecofeminismo, todos buscando um lugar no cenário decisório no tocante à crise ambiental global (MELO, 2004). Seja com nuances mais radicais, pautadas em ideais de destruição zero, ou matizes que negociam com a ideia

¹³Partindo da concepção de Fleury et al., (2014) nos referimos aqui a “questão ambiental” não apenas como os problemas ambientais decorrentes da intensificação do desenvolvimento industrial capitalista, mas como uma ideia que subentende também o debate político e institucionalizado acerca desses problemas no espaço público.

de desenvolvimento, o ambientalismo é, sem dúvida, um discurso que nutre ações práticas de diversos grupos – Estados, associações empresariais, organizações não-governamentais, movimentos sociais – os quais, mesmo distantes de terem uma solução equacionada na esfera das relações internacionais, têm alertado mundialmente para os danos do atual curso das forças de produção capitalistas sobre o meio ambiente.

A carne, sem dúvida, é hoje um dos alvos centrais das frentes de ação das entidades ambientalistas. A crescente orientação dos sistemas agrícolas para a produção de carne e de derivados de animais está relacionada a impactos ecológicos gerados pelo extenso cultivo de grãos para alimentar gado e pelos espaços adicionais de terra que essa produção monocultora reclama juntamente com a expansão da fronteira do pasto. Somada às enormes demandas por água e energia, além dos problemas de geração de resíduos e gases de efeito estufa, a pecuária industrial tornou-se uma das principais preocupações ambientais do mundo atual e frente à qual cada vez mais estão se levantando novas vozes reivindicatórias.

Certamente, não há como estabelecer aqui uma abordagem profunda sobre esse amplo campo discursivo, uma vez que há uma multiplicidade de organizações ambientalistas, com perspectivas e projetos variados, sendo, portanto, simplista enquadrá-los a partir de uma noção tão controversa. De todo modo, é evidente que, a despeito das diferentes fontes de origem e fundamentação, há uma miríade de atores e discursos postos na arena pública que buscam capturar o imaginário e a crença dos grupos interessados a fim de nutrir ações práticas que levem a cabo suas narrativas sobre como devemos nos relacionar com o mundo natural. Nesse sentido, fica clara a preocupação comum que se tornou o tema da carne entre essas muitas e diversificadas vozes, cujas reivindicações por adequação ambiental lançam cada vez mais “exigências verdes” sobre as atividades produtivas desse setor.

Uma das vozes que tem se pronunciado publicamente sobre o tema é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cujos relatórios nas últimas décadas têm enfatizado os riscos ambientais da

indústria animal. Em 2013, a organização publicou um relatório chamado *Tackling climate change through livestock* sobre os efeitos da produção intensiva de carne para as mudanças climáticas, sublinhando a necessidade de renovar os esforços coletivos para mitigar os danos ambientais do setor. Grande parte dos estudos divulgados pelo documento, como o mesmo declara, busca atualizar com “análises mais detalhadas” e “métodos mais refinados” alguns dos diagnósticos anunciados pelo relatório da FAO de 2006, *Livestock Long Shadow*, que já havia se posicionado contra os impactos ambientais gerados pela agricultura animal. Segundo os estudos desenvolvidos por este último, a crescente pressão da pecuária intensiva sobre os recursos naturais estaria relacionada a danos como poluição do ar e da água, degradação dos solos, perda de biodiversidade, além de significativa contribuição para as mudanças climáticas em curso. Conforme a pesquisa levantada, a cadeia de produção de animais domésticos corresponderia a 18% das emissões de gases de efeito estufa, superando até mesmo as emissões dos setores automobilístico e industrial. Dentre as soluções apresentadas, está o estímulo a dietas menos carnívoras que, se aderidas em grande escala, teoricamente reverberariam na progressiva redução da produção e, por conseguinte, dos impactos por ela gerados.

Asseverando as tensões em torno do sistema da carne, em 2009, o famoso instituto *World Watch* publicou um documento chamado *Livestock and Climate Change*, de autoria de dois especialistas ambientais do Banco Mundial, contestando os dados publicados pelo relatório das Nações Unidas. De acordo com o documento, a pecuária e seus subprodutos seriam responsáveis por mais de 50% das emissões totais de gases liberadas pela atividade humana, contrariando os dados lançados pela FAO, que, segundo os pesquisadores, estaria negligenciando e alocando incorretamente a contabilidade de importantes fontes poluentes da cadeia da carne. Diante desse quadro ainda mais severo, o relatório conclui que a estratégia mais eficaz para conter as mudanças climáticas deveria envolver a substituição de produtos pecuários por outras alternativas de sabor semelhante, mas com ingredientes à base de vegetais e grãos.

Outra importante divulgação dos efeitos ambientais da produção e consumo da carne é encontrado no relatório publicado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), *Assessing the Environmental Impacts of Consumption and Production: Priority Products and Materials*, que também alertou para as consequências da pecuária industrial sobre os recursos e *habitats* naturais. Segundo o documento, esses efeitos danosos deveriam seguir aumentando devido ao contínuo crescimento populacional e aos hábitos alimentares cada vez mais centrados na carne. Em razão disso, afirma o relatório, uma vez que os produtos cárneos e lácteos em geral requerem mais recursos e causam emissões de gases mais elevadas do que as alternativas de origem vegetal, “uma redução substancial dos impactos somente seria possível com uma mudança efetiva da dieta mundial, longe dos produtos de origem animal” (UNEP: HERTWICH, 2010, p.82).

Um estudo publicado esse ano pela revista *The Global Food Security*¹⁴ também enfatizou a necessidade de se redefinir o padrão alimentar vigente, uma vez que o atual cultivo de carne estaria comprometendo severamente o meio ambiente. Segundo o artigo, o crescimento previsto da população global e as taxas mais elevadas de consumo de produtos animais *per capita*, decorrentes da urbanização e ascensão da renda média em países “em desenvolvimento”, sugerem que a produção pecuária seguiria a aumentar. A premissa seria a de que os consumidores com maiores rendas continuariam a comer grandes quantidades de produtos de origem animal e consumidores que atualmente ingerem níveis mais baixos aumentariam seu consumo à medida que suas rendas *per capita* aumentassem. Essa suposição, combinada com o crescimento da população, estaria associada às projeções de aumentos substanciais (de 76% para 133%) na demanda mundial de produtos animais. Nesse sentido, apesar de mudanças técnicas de produção ajudarem a compensar o potencial impacto sobre o solo e o meio ambiente,

¹⁴ Vide ALEXANDER, Peter et al. “Could consumption of insects, cultured meat or imitation meat reduce global agricultural land use?”. *Global Food Security*, 2017. A pesquisa também foi tema de uma matéria do The Guardian: “Eat insects and fake meat to cut impact of livestock on the planet – study”, 5 de maio de 2017, disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2017/may/05/eat-insects-and-fake-meat-to-cut-impact-of-livestock-on-the-planet-study>. Acessada em 29 de junho de 2017.

medidas também seriam necessárias no lado da demanda. O estudo concluiu que os insetos e as imitações de carne seriam as melhores alternativas para uma mudança dietética que pudesse “contribuir para a sustentabilidade do sistema alimentar” (ALEXANDER et al., 2017, p.2). Os autores da pesquisa reconhecem as limitações culturais e pessoais de reduzir o consumo de carne e o desafio de comer insetos para as sociedades ocidentais, mas argumentam que, apesar disso, já existem precedentes históricos em que os alimentos se tornaram aceitáveis após longos períodos de rejeição e que, nesse sentido, as preferências e as normas sociais poderiam mudar ao longo do tempo, de modo que os alimentos anteriormente considerados inaceitáveis ou indesejáveis, como o caso dos insetos nos países ocidentais, poderiam se tornar uma parte mais comum das dietas futuras (ALEXANDER et al., 2017).

Esse cenário tem provocado reações de uma miríade de organizações interessadas em monitorar ou negociar diretamente com os agentes corporativos da cadeia da carne, de modo a pressioná-los a assumirem compromissos ambientais. Como uma das áreas mais ameaçadas pelo desmatamento do agronegócio e, ao mesmo tempo, como um dos mais importantes redutos de biodiversidade e cobertura vegetal, a Floresta Amazônica tem sido um objeto de preocupação especial. Segundo Lima e Pozzobon (2005), desde que critérios de valoração social, associada à adoção do referencial ambientalista, redefiniram o sentido dos recursos naturais, uma importância tanto científica quanto simbólica foi conferida à Amazônia. O fato de ser a maior floresta tropical remanescente no planeta preenche o imaginário de toda a comunidade ecologizada do mundo, concentrando um interesse global pela região (LIMA; POZZOBON, 2005).

A Greenpeace é uma frente particularmente conhecida dessa agência política transnacional, publicando, recorrentemente, relatórios sobre impactos ambientais da atividade pecuária sobre as áreas florestais, pressionando instituições empresariais a adotarem medidas que levem em conta a sustentabilidade em seus métodos de produção e incentivando em todo o mundo dietas vegetarianas como mais condizentes com a preservação

ambiental. Em 2009, a ONG lançou dois famosos relatórios: “A Farra do boi na Amazônia”, divulgando a relação de importantes marcas, redes de supermercados e do próprio governo brasileiro com o desmatamento gerado pela agricultura animal na Amazônia; e o “Rastro da pecuária na Amazônia”, que apresentou um amplo mapeamento das áreas de pastagem abertas sobre o bioma Amazônico no estado do Mato Grosso, onde se concentraria o maior grau de devastação florestal do país. Os dados publicados por ambos os documentos excitaram os debates públicos na época em torno das consequências globais do avanço do gado na principal área florestal do mundo e dos comprometimentos ambientais e sociais a serem atrelados às práticas de produção, comercialização e consumo de produtos de origem bovina. Reverberando esse cenário de controvérsias, em 2015 a Greenpeace lançou mais um relatório, chamado “Carne ao molho madeira”, avaliando o grau de engajamento dos principais supermercados nacionais frente ao envolvimento dos produtos cárneos por eles comercializados com possíveis processos de desmatamento. Entre as críticas lançadas, estava a ausência de fontes de esclarecimento das empresas sobre informações relevantes quanto à origem da carne vendida para que os consumidores pudessem assumir decisões mais responsáveis.

A *Might Earth*, outra conhecida organização global de proteção ambiental, lançou recentemente um relatório chamado “O maior mistério da cadeia de produção de carne: os segredos por trás do *Burger King* e a produção mundial de carne”, divulgando, por meio da cadeia de produção e abastecimento da segunda maior empresa de *fast-food* do mundo, os impactos ambientais causados pelo complexo agroindustrial de grão-gado na América do Sul. Segundo o relatório, vastas áreas da Floresta Amazônica, do Cerrado brasileiro, do Chaco argentino, das florestas de terras baixas bolivianas e da Mata Atlântica no Paraguai estariam sendo desmatadas pelas monoculturas de soja para alimentação de gado, operadas por grandes empresas como Cargill e Bunge, responsáveis pelo suprimento de gigantes empresas processadoras de carne e restaurantes *fast-food*. Ao fim, defendem a possibilidade do “desenvolvimento de uma agricultura mais responsável

em alta escala”, que por meio de acordos e parcerias, permitiriam às grandes empresas “proteger ecossistemas e progredir em seus negócios” (BELLANTONIO, 2016) ao se comprometerem em atuar em conformidade com os valores ambientais.

Inúmeras outras organizações ambientalistas têm criado mecanismos informativos e regulatórios com o propósito de divulgar o envolvimento do sistema de abastecimento da carne com a destruição ambiental e mobilizar respostas práticas dos atores dessa cadeia. Dentre elas, destaca-se a WWF (*World Wild Life*), que, por meio da iniciativa “Pecuária Sustentável” divulgada em seu site oficial, procura incentivar agricultores e pecuaristas de áreas chave de produção bovina – Austrália, Argentina, Estados Unidos, África do Sul – a identificar e acelerar o uso de práticas de gestão ditas mais ecológicas e economicamente sustentáveis. Iniciativas semelhantes estão sendo encabeçadas por instituições como *The Nature Conservancy* e *Forest Trends* também propagadoras de projetos investigativos e práticas de gestão orientadas pelo que afirmam ser o “desejo comum de aumentar a contribuição dos mercados para melhorar a conservação das florestas”¹⁵ e pela crença de que “o desenvolvimento e a produção devem acontecer lado a lado com a conservação”¹⁶.

Como se pode ver, os discursos difundidos por tais grupos ambientalistas propagam uma ética da biodiversidade, por assim dizer, que coloca os seres humanos e outras espécies em um contexto inter-relacionado, no qual os seres humanos seriam parte de uma rede intrincada da natureza, de modo que, sob essa perspectiva, a produção e o consumo da carne, tal como se configuram em seus níveis atuais, seriam insustentáveis ambientalmente ou pelo menos anacrônicos em termos de escolhas conscientes. Munidos de arcabouços científicos para o embasamento de suas proposições, essas organizações constroem suas próprias *expertises* técnicas, por meio das quais elas garantem sua inserção tanto em debates públicos de viés mais midiático, quanto nas esferas mais institucionalizadas

¹⁵ Disponível em <http://www.forest-trends.org/page.php?id=153>. Acessado em 22 de março de 2017.

¹⁶ Disponível em <http://www.tnc.org.br/quem-somos/index.htm>. Acessado em 22 de março de 2017.

da política, fundamentando suas pressões por mudança (BRAGA, 2011).

De um modo geral, pode-se dizer que há um núcleo duro ao redor do qual se movimentam essas tentativas de colocar o ambientalismo dentro do campo maior de lutas relativas ao desenvolvimento. É, em grande parte, em torno da ideia de “desenvolvimento sustentável” que se articula o discurso de muitas dessas organizações, especialmente frente às ações de corporações empresariais. “Medidas sustentáveis” têm sido propostas a fim de mitigar os efeitos ambientais e atmosféricos da indústria animal por meio de políticas e acordos que se coadunem com a ideia de crescimento econômico. Contudo, há, atualmente, uma condição híbrida das propostas de sustentabilidade que envolvem uma ampla disputa política em torno de sua significação. Sociedade e natureza, ciência e política, nacionalidade e internacionalidade se confundem diante dos fenômenos que compõem a problemática ambiental contemporânea (JUNIOR; FERREIRA, 2013), conferindo um absoluto dinamismo conceitual a esse nome.

Segundo Machado (2005), a noção de desenvolvimento sustentável tem sido discutida e utilizada sob diferentes perspectivas e pelos mais variados agentes sociais, ora suscitando um entendimento de que ele é um caminho possível para a instauração de uma nova racionalidade econômica capaz de oferecer respostas adequadas às contradições e mazelas socioambientais geradas pelo capitalismo; ora defendendo ser essa noção um artifício ou uma ideologia que busca mascarar o caráter essencialmente depredador desse sistema de mercado. Com efeito, muitas das ações adotadas por instituições ambientalistas são frequentemente contestadas por discursos científicos e atores coletivos que criticam as primeiras por negociarem demasiadamente com as organizações empresariais, cujas implicações práticas tenderiam a ser pouco eficientes no freio da degradação ambiental.¹⁷ Para muitas dessas críticas, essas medidas acabam por

¹⁷ Um estudo recente publicado pela revista *Science* sobre a Moratória da Soja, “Brazil’s Soy Moratorium”, desautorizou as declarações da Greenpeace sobre a eficácia da moratória na redução do desmatamento nos últimos anos. Segundo a análise, apesar de ter havido uma redução da expansão da soja em novas áreas de desmatamento, foi-se constatado que é cinco vezes mais provável que, para não transgredir a moratória, os produtores de soja tenham violado o código florestal (GIBBS et al., 2015). A principal forma de burlar a moratória teria sido realizada por meio da compra de terras já desmatadas pela pastagem de gado, apenas deslocando a pecuária e indiretamente levando a mais

reafirmar o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida em que propõem um melhor manejo de seus custos sociais e ambientais, e validando-os por meio do estabelecimento de critérios verdes de produção que lhe garantem mecanismos de certificação e adequação legal.

Se o boi no pasto é visto agora como uma ameaça para as florestas, não é de hoje que ele é causa de conflitos sociais. A expansão da pecuária tem, como corolário histórico, a expropriação de povos de seus territórios, além da exclusão de pequenos produtores do mercado, processos que, nos dias atuais, se perpetuam com a primazia do agronegócio na dinâmica de produção e distribuição de alimentos em todo o mundo. Essa é a base das reivindicações de diversos movimentos agrícolas e de povos tradicionais que defendem uma reorganização do mercado alimentar, pautada em formas mais igualitárias de distribuição de terras e na valorização de produções locais e culturalmente conformadas com seus espaços de origem.

Para muitos críticos dos estudos rurais, essa dinâmica de mercado repercutiu e repercute na marginalização e no ataque às formações camponesas no mundo (FRIEDMANN, 2005a), na espoliação de pequenos proprietários de terra e sua conversão em trabalhadores informais em escala mundial (MCMICHAEL, 2016), além da perpetuação da pobreza global como um fenômeno intimamente conectado aos espaços rurais (BERNSTEIN, 2011). Contudo, para muitos deles, esses processos de exclusão são acompanhados pela resistência de atores rurais que oferecem perspectivas alternativas ao modo de organização política e econômica ligada ao capital corporativo. Para Ploeg (2016), os camponeses exercem um papel crítico fundamental nas sociedades modernas e cuja dimensão política ganhou ainda mais relevância, atualmente, com a importância adquirida pelas problemáticas das minorias étnicas, dos problemas ambientais e da escassez de recursos naturais no mundo.

Apesar de incorporarem em sua agenda preocupações seculares que envolvem os conflitos rurais, esses atores coletivos começaram a se

desmatamento.

organizar em grande parte no final do século XX, à medida que a globalização econômica do sistema alimentar difundiu mundialmente um complexo agroindustrial que desestruturou em escala global muitas práticas tradicionais de ocupação e cultivo da terra. Assim, de modo geral, pode-se dizer que esses movimentos propõem uma reforma mais radical dos sistemas alimentares constituídos por políticas agrícolas de viés neoliberal, a fim de conectar de maneira mais estreita preocupações ambientais com questões socioculturais, cujos vetores são tão diversos quanto reforma agrária, defesa de modos indígenas de vida, recamponização, agroecologia, etc.

Abraçando grande parte dessas pautas socioambientais, a Via Campesina se constituiu como uma das mais importantes frentes de luta agrária e alimentar, com uma atuação internacional conjunta de milhões de camponeses, agricultores de pequeno e médio portes, povos sem-terra, mulheres agricultoras, povos indígenas e trabalhadores agrícolas de todo o mundo que, por meio da associação de organizações políticas locais e regionais situadas em diversos países, constituíram uma rede rural transnacional em defesa do que eles denominaram de “soberania alimentar”:

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos por meio de métodos ecologicamente saudáveis e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Ele coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, em vez das demandas de mercados e corporações. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o atual regime corporativo de comércio e alimentação, e orientações para sistemas alimentares, agrícolas, pastorais e pesqueiros determinados pelos produtores locais.¹⁸

Por meio de uma mobilização de dimensão global, a Via Campesina defende um modelo descentralizado de pequenas e médias cadeias alimentares de base camponesa e familiar voltadas principalmente para abastecimento local, em clara oposição à estrutura centralizada e verticalizada dos grandes complexos agroindustriais de exportação. Assim, podemos dizer que essa rede transnacional oferece um novo paradigma,

¹⁸VIA CAMPESINA, *Declaración de Nyéléni*. Foro Mundial para la soberanía alimentaria, Selingue, Mali, 27 de fevereiro de 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-es.pdf>.

baseado na autossuficiência em escala nacional ou comunitária, cuja premissa seria a desmontagem das políticas agrícolas e alimentares sustentadas pelo modelo empresarial.

A despeito de seus sentidos particulares, as diversas organizações locais que integram essa rede transnacional rural estão abordando suas questões nacionais dentro dessa luta internacional que constituiu a Via Campesina em um plano global. No Brasil, a maior organização de luta rural, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), se tornou um dos mais importantes porta-vozes da reforma agrária no mundo, a partir da qual ele defende um novo projeto de ocupação e uso produtivo da terra. A redistribuição da propriedade rural é a principal reivindicação do movimento, para o qual somente com a desmontagem das grandes unidades territoriais, historicamente vinculadas ao latifúndio monocultor, seria possível a elaboração de um novo modelo agrícola baseado em uma “produção de alimentos saudáveis”, “para o consumo interno” e de “matriz agroecológica”¹⁹.

Longe de ser uma particularidade do MST, os embates com o setor ruralista brasileiro abarcam uma multiplicidade de coletividades socioambientais gestados pela resistência à implantação da “modernização agrícola”²⁰. Apesar de uma estrutura produtiva antiga em nossa economia, historicamente vinculada à grande lavoura e à exportação de produtos primários, no início do século XXI, o agronegócio brasileiro assumiu um novo lugar no mundo do capital: tornou-se um dos principais fornecedores globais de *commodities* pautados em grandes complexos agroindustriais administrados por modernas empresas rurais que garantiram ao país uma posição de peso nas exportações internacionais.

A pecuária, em específico, assume hoje no Brasil, ao lado da indústria animal norte-americana, um papel medular no mercado global.

¹⁹ Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/hoje>. Acessado em 19 de março de 2017.

²⁰ Por modernização agrícola entende-se aqui a agricultura empresarial verticalizada, mecanizada, especializada, de alta escala e exportadora que se dissemina sob a forma de pacotes tecnológicos para diversos países na segunda metade do século XX.

Segundo o Anuário da Pecuária Brasileira de 2018²¹, realizado pela editora Gazeta, o Brasil possui o maior rebanho comercial de carne bovina do mundo, estimado hoje em 222 milhões de cabeças, o que garante ao país a posição de segundo maior produtor e de maior exportador do mundo. Essa expansão da fronteira agrícola no país, especialmente associados à soja e ao gado, desencadeou em uma série de transformações na configuração territorial e na dinâmica social²² rurais que aprofundaram os embates entre agricultura empresarial e comunidades tradicionais em torno da posse de terras. De um modo geral, essas lutas pela terra, conforme entende Sauer (2003), se materializam em embates sociais e políticos contra o latifúndio e a concentração da propriedade fundiária, como um processo social de resistência ao modelo agropecuário, por meio da constituição de uma nova ruralidade, baseada em valores e pressupostos diferentes do atual padrão de modernização e desenvolvimento. Associado a isso, a atribuição de uma crescente valoração ecológica positiva a esses povos e comunidades tradicionais levanta a questão da decisão sobre o uso da terra, que ao lado das lutas camponesas atuais, chama atenção para o papel político do campo, bem como para os conflitos obscurecidos em torno do agronegócio em diversas partes do mundo. Assim, seja em defesa de modelos agroalimentares alternativos, pela definição identitária de grupos culturalmente diferenciados, pelas agendas de direito à terra ou a garantia da biodiversidade, o fato é que há um claro fortalecimento de movimentos territoriais e agrários locais, nacionais e transnacionais, que constituem hoje uma importante contraofensiva aos avanços do mercado mundial de alimentos do qual a indústria pecuária é, sem dúvida, um dos representantes centrais.

Considerações finais

Como podemos ver, o sistema industrial da carne alcançou um

²¹Vide http://www.editoragazeta.com.br/sitewp/wp-content/uploads/2018/08/PECU%C3%81RIA_2018.pdf

²² Dentre as razões dessa transformação, destacam-se: aquecimento do mercado de terras, cuja especulação fundiária pressiona habitantes locais a se deslocarem; políticas públicas para a abertura de áreas, financiando a construção de estradas, instalação de postos, investimento em pesquisa e em mercado para o agronegócio.

estado crítico nos últimos anos. Reivindicações diversas envolvendo saúde humana, meio ambiente, segurança alimentar e territorial confrontaram recentemente as bases e a viabilidade da bovinocultura em larga escala, cujas externalidades alcançam uma dimensão global. Concentrando-se nas polêmicas e manifestações de maior repercussão pública em torno do tema, o presente trabalho abordou brevemente os fundamentos dos movimentos de libertação animal, as premissas de circuitos mais recentes do consume político, bem como as articulações políticas de organizações ambientalistas e coletividades de luta agrária.

A conjunção dessas vozes contestatórias revela as tensões intrínsecas à multiplicidade das novas estruturas de governança que envolve não só a pecuária industrial, mas a política dos alimentos de um modo geral no mundo contemporâneo. Tais movimentos, podemos dizer, são parte das disputas intrínsecas aos regimes alimentares que, segundo Friedmann (2005b), compõem permanentemente o quadro de negociações para instituir novas regras. Todas essas identidades coletivas, projetos, discursos e visões de mundo defendem uma forma particular de conduzir esse jogo de forças que constituiu o sistema da carne em um plano global e nos deixam uma questão sobre como conceber o futuro desse conflito em uma sociedade cujo consumo de carne aumenta continuamente²³. Apesar da heterogeneidade de suas perspectivas, são reivindicações que, em última instância, exprimem uma recusa socialmente organizada frente a um modelo de produção e consumo e que, ao difundirem suas pautas e preocupações por meio de formas menos institucionalizadas, alcançam atores cada vez mais distantes, criando em torno dos alimentos, no caso aqui da carne, um peso político que já não pode ser ignorado pelos mercados convencionais. Os conflitos de valores em torno da produção e do consumo de proteína animal estão claramente postos na esfera pública global, cujo cenário contestado e plural

²³ Segundo o 14º relatório de Perspectivas Agrícolas da OCDE/FAO – que traz as projeções de mercado para as principais commodities agrícolas entre 2018-2027 – apesar do consumo de carne diferir significativamente entre as regiões segundo padrões alimentares e níveis de renda, a nível global, o consumo total de carne deverá aumentar em 15% ao longo do período de previsão. Vide <file:///Users/Manuela/Documents/OECD%20FAO.pdf>

coloca muitas das ordenações materiais e discursivas do social, do moral e do ecológico intimamente associado à nossa relação com a comida.

Todavia, apesar da crescente influência que passaram a ter essas reivindicações na arena pública global, inclusive com a incorporação de muitas de suas pautas em organizações governamentais internacionais, as lutas pelas construções de modelos alternativos de produção e consumo têm e terão, por muito tempo, que competir não só com os dirigentes dessa economia alimentar corporativa, mas também com o fato de que essa trajetória hegemônica é amplamente naturalizada. Há uma concepção difusa, baseada em um ideal científico e tecnológico, de que essas redes corporativas oferecem os meios mais eficientes de provisão alimentar e que o atual método industrial de produção da carne é uma consequência inevitável do progresso.

Segundo Twine (2012), essa retórica do agronegócio cria um discurso promissor que representa as corporações globais como fornecedoras benignas e até filantrópicas para o mundo em desenvolvimento. Com base na linguagem das racionalidades econômicas e científicas, são discursos que naturalizam construções particulares de “onde devemos ir” (TWINE, 2010). Isso predica o uso de tecnologias em razão de um aumento populacional projetado em países “em desenvolvimento” e a consequente expansão de sua demanda de produtos animais, fundamentando a retórica da “revolução pecuária” presente nos círculos dos setores transnacionais, que prometem aumentos substanciais na produção animal nos próximos quarenta anos (TWINE, 2010). O argumento central do sector produtor é de que só a agricultura industrial teria as condições de competir em um mercado liberalizado que demanda cada vez mais eficiência para dar conta do suprimento alimentar de uma população humana que promete chegar em 9 bilhões de pessoas em 2050 (WEIS, 2007).

Contudo, se, por um lado, as ideologias que facilitam a produção em nome da eficiência e do lucro, enquanto instrumentalizam os animais e racionalizam seu tratamento, continuam em grande parte inabaláveis (Fitzgerald, 2015), por outro, a despeito a polissemia de posicionamentos em

torno do tema, fica claro a crescente visibilidade que movimentos tem ganhado no seu esforço em desestabilizar essa visão normativa da carne como um símbolo de progresso.

A atualização constante dos discursos e práticas mobilizados pelos atores em disputas, associada às doses de riscos e contingências que a própria indústria pecuária carrega, levantam um ponto de interrogação sobre o lugar da carne em um futuro próximo. Porém, é justamente essa instabilidade que sugere que a produção animal assumirá um lugar cada vez mais proeminente na arena pública e na agenda política global. Mesmo que por uma necessidade patente, essa cadeia não só pode se tornar uma questão de relevância maior para a sobrevivência da humanidade – levando-se em conta que esta já representa um inconveniente posto por pesquisas que apontam a inviabilidade futura de dividir a superfície da terra com bovinos, cujos números crescem diariamente –, mas também, há quem defenda – como no caso da instituição *Farm Animal Investment Risk & Return* (FAIRR) –, vir a ser um negócio cada vez menos rentável para um capitalismo “verde” que passa a apostar em circuitos de mercado menos danosos e socialmente estigmatizados.

Conforme nos mostra Fitzgerald (2015), para se ter noção dessas novas ondas de preocupações do mercado, há atualmente um desenvolvimento tecnológico no horizonte que pode realmente trabalhar contra os interesses da indústria animal. O primeiro hambúrguer feito e cultivado de células-tronco musculares de uma vaca em um laboratório já foi cozido e amostrado. A carne *in vitro* está sendo desenvolvida para tornar-se uma alternativa à indústria pecuária como forma de reduzir seus custos ambientais e climáticos, deslocando a aposta das tecnologias genéticas do aprimoramento do boi para o desuso do mesmo. Isso lança luz sobre um novo campo para a acumulação de capitais em uma forma impensável, ou pelo menos, pouco factível, até o presente. Essas alternativas, contudo, ainda terão que contar, por muito tempo, com o contrapeso do desenvolvimento de uma engenharia animal sofisticada, cujas inovações sugerem um poder de competição crescente por meio da criação de seus

bois “comercialmente perfeitos”, capazes de agregar poderosos valores à indústria pecuária global, como as cada vez mais demandadas adaptações de sustentabilidade. Se comercializada com êxito, essa “capacidade humana de modelar o ser animal” (TWINE, 2010, p.70) representaria a consolidação de uma indústria altamente adaptativa a potenciais crises de legitimidade. Todavia, essa “retórica promissória de futuros tecnocientíficos” (TWINE, 2010, p.64), que aposta na economia baseada no conhecimento como a última tentativa de renovação capitalista, revela um universo contestado cujo desenrolar permanece fundamentalmente instável.

As tensões atuais em torno da carne sugerem um adensamento crescente do que seriam as lutas e negociações sociais e institucionais sobre os termos do abastecimento alimentar e do exercício de poder vigente (MCMICHAEL, 2016) e cujo desdobramento poderiam significar futuramente uma reordenação da produção e circulação mundial de alimentos. De todo modo, esse novo cenário político em torno da carne representa um fenômeno singular e ainda pouco explorado, definido por processos heterogêneos e fragmentados que operam em muitas escalas sob as interferências de múltiplos agentes e cujas análises demandam não só um acervo de novos estudos, mas também de suas conexões úteis mais amplas.

Referências

ALEXANDER, Peter et al. Could consumption of insects, cultured meat or imitation meat reduce global agricultural land use?. **Global Food Security**, v.15, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELLANTONIO, Marisa, et al. O maior mistério da cadeia de produção de carne: os segredos por trás do Burger King e a produção mundial de carne. **Might Earth**, 2016.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmica de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRAGA, Cleiderman. **Nem Contra Nem a Favor: perspectivas ambientais sobre agronegócio**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2011.

SORDI, Caetano. **De carcaças e máquinas de quatro estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e Consumo de Alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, v. 95, 2015.

FISCHLER, Claude. **El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona: Editora Anagrama, 1995.

FITZGERALD, Amy J. **Animals as Food: (re)connecting production, processing, consumption, and impacts**. Michigan: The Animal Turn/Series Editor Linda Kalof, 2015.

FLEURY; Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione; PREMEBIDA; Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, vol.16, n.35, 2014.

FRANKLIN, Adrian. **Animals and modern cultures: A sociology of human-animal relations in modernity**. Califórnia: Sage, 1999.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. **Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present**. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n.2. 1989.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the pathologies of globalized agriculture. **Socialist Register**, vol.41, 2005a.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. In: BUTTEL, Fredrick &

MCMICHAEL, PHILIP. **New directions in the sociology of global development**. Bingley: Emerald Group Publishing Limited, 2005b.

GERBER, P. J. et al. Tackling climate change through livestock: a global assessment of emissions and mitigation opportunities. **FAO**, 2013.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie. Knowing Food and Growing Food: beyond the production–consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n.1, 2002.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. **Alternative Food Networks: knowledge, practice, and politics**. Londres: Routledge, 2012.

GOUVEIA, Lourdes; JUSKA, Arunas. Taming Nature, Taming Workers: constructing the separation between meat consumption and meat production in the US. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, 2002.

GREENPEACE. *A farra do boina Amazônia*. São Paulo: **Greenpeace Brasil**, 2009a.

GREENPEACE. *O rastro da pecuária Amazônia: Mato Grosso, o estado da destruição*. São Paulo, **Greenpeace Brasil**, 2009b.

GREENPEACE. *Carne a molho madeira*. São Paulo, **Greenpeace Brasil**, 2015.

HALKIER, Bente. Handling food-related risks. In: LIEN, Marianne E. & NERLICH, Brigitte. **The politics of food**. Oxford: Berg, 2004.

HERTWICH, Edgar. Assessing the environmental impacts of consumption and production: priority products and materials. **UNEP**, Earthprint, 2010.

JUNIOR, Roberto Donato Silva; FERREIRA, Leila da Costa. Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento – um olhar para a ecologia e a economia. **Ambiente&Sociedade**, v. 16, n. 1, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Lição de Sabedoria das Vacas Loucas. **Estudos Avançados**. Vol. 23, n. 67, 2009.

LIEN, Marianne Elisabeth. Preface. In: KAISER, Matthias; LIEN, Marianne Elisabeth. **Ethics and the Politics of Food**: Preprints of the 6th Congress of the European Society for Agricultural and Food Ethics, EurSAFE 2006, Oslo, Norway, Wageningen Academic Pub, 2006, p.325.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, v. 19, n. 54, 2005.

LIMA, João Vicente Barroso da Costa; NEVES, Fabrício Monteiro; RODRIGUES, Léo Peixoto. Os usos discursivos da ciência e da tecnologia nas disputas políticas ambientais. **Sociedade & Estado**.vol.31, n.2, 2016.

MACHADO, Vilma de Fátima. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92. **Encontro Nacional da ANNPAS**, v. 3, 2005.

MELO, Rosemeri de S.. Visões da natureza x vertentes ideológicas do ambientalismo: contribuição ao debate sobre sustentabilidade no Brasil. Trabalho apresentado no II **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Meio Ambiente e Sociedade**. Indaiatuba, 2004.

MCMICHAEL. Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

NIEDERLE, Paulo André. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais e econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Revista de Ciências Sociais**, v.4, nº1, 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

POLLAN, Michael. **Em defesa da comida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo; CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A Alimentação no Contexto Contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, 2011.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2003.

STASSART, Pierre; WHATMORE, Sarah. J. Metabolising Risk: food scares and the un/re-making of Belgian beef. **Environment and Planning**, vol. 35, 2003.

STEINFELD *et al.* Livestock's long shadow: environmental issues and options. **FAO**, 2006.

TWINE, Richard. **Animals as Biotechnology: Ethics, Sustainability and Critical Animal Studies**. Routledge, 2010.

TWINE, Richard. Revealing the 'Animal-industrial Complex': a concept and method for critical animal studies. **Journal for Critical Animal Studies**, v.10, n.1, 2012.

WEIS, Anthony John. **The global food economy: The battle for the future of farming**. Londres: Zed Books, 2007.

WEIS, Tony. The accelerating biophysical contradictions of industrial capitalist agriculture. **Journal of agrarian change**, v.10, n. 3, 2010.

ZACHMANN, Karin; ØSTBY, Per. Food, Technology, and Trust: an introduction. **History and Technology**, v. 27, n. 1, 2011.